



## ATA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, na black box da Plataforma das Artes da Criatividade, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

**ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**ORDEM DO DIA -----**

**INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----**

**1 – AQUISIÇÃO DE BENS – BETÃO BETUMINOSO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----**

**2 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS MODIFICATIVAS. -----**

**ASSEMBLEIA -----**

**1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023. -----**

**2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023. -----**

**3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2023. -----**

**RELATÓRIO E CONTAS -----**

**6 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2022. -----**

**7 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E MINUTA DO RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS – APRECIÇÃO. -----**

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----**

- 8 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA.**-----  
CÂMARA -----
- 9 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
GUIMARÃES.** -----  
REGULAMENTOS-----
- 10 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE  
SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO.** -----
- 11 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE GUIMARÃES.** -----
- 12 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE  
BOLSAS DE ESTUDO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.**-----
- 13 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA GUIMARÃES  
65+.** -----  
PATRIMÓNIO -----
- 14 - DISTRATE DE ESCRITURA DE CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE - "O  
DESPORTIVO FRANCISCO HOLANDA" E CEDÊNCIA DO DIREITO DE  
SUPERFÍCIE AO CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL.**-----
- 15 - COMODATO – ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DE ROUPEIRE, AIRÃO S.  
JOÃO.**-----
- OBRAS PÚBLICAS -----
- 16 - EDIFÍCIO PARA ALOJAMENTO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR  
DO AVEPARK - BARCO - CONCURSO PÚBLICO N.º 9/23 - REPARTIÇÃO DE  
ENCARGOS.** -----
- 17 - REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE ABAÇÃO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS –  
RATIFICAÇÃO.** -----
- 18 - ESCOLA HOTEL IPCA - QUINTA DO COSTEADO - REPARTIÇÃO DE  
ENCARGOS.** -----  
CULTURA-----



- 19 - IMPACTA - CASA DO POVO DE FERMENTÕES - ACEITAÇÃO DE DECLARAÇÕES DE ACEITAÇÃO DO SUBSÍDIO.-----**
- 20 - IMPACTA - ACEITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS AOS GDC VERMIL E GFSM SANDE.-----**
- 21 – SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA (2º SEMESTRE DE 2023).-----**
- 22 – FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO 2023 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS SUPLEMENTARES. -----**
- RECURSOS HUMANOS-----**
- 23 -RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DE JÚRI – RATIFICAÇÃO. -----**
- 24 - RECRUTAMENTO PARA CARGO DIRIGENTE – DESIGNAÇÃO DE JÚRI. ----**
- 25 - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL 2023. -----**
- FREGUESIAS-----**
- 26 - FREGUESIA DE BARCO – ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA INSTALAÇÃO DE UM NOVO RELVADO SINTÉTICO NO CAMPO DE JOGOS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA PRIMEIRA PRESTAÇÃO ANUAL. -----**
- 27 - FREGUESIA DE PONTE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A 46.ª CONFRATERNIZAÇÃO DE PONTE A S. TORCATO.-----**
- 28 - FREGUESIA DE SOUTO SANTA MARIA, SOUTO S. SALVADOR E GONDOMAR - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - OBRAS NO PAVILHÃO DESPORTIVO. -----**
- 29 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO. ---**
- 30 - FREGUESIA DE MESÃO FRIO - CORREÇÃO DE DOMINIALIDADE. -----**
- 31 - FREGUESIA DE URGEZES - CORREÇÃO DE DOMINIALIDADE. -----**
- 32 - FREGUESIA DE SILVARES - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 17 DE ABRIL DE 2023.-----**

- 33 - FREGUESIA DE CANDOSO SÃO MARTINHO - CORREÇÃO DE VALORES. --**
- 34 - FREGUESIA DE SÃO TORCATO - CORREÇÃO DE VALORES. -----**
- 35 - FREGUESIA DE BRITO - ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 23 DE MARÇO DE 2023. -----**
- 36 – FREGUESIA DE MESÃO FRIO – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.-----**
- 37 – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. -----**
- 38 – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. -----**
- 39 – FREGUESIA DE PINHEIRO – ALTERAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. -----**
- 40 – FREGUESIAS DE LORDELO E DE RONFE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO DOS EDIFÍCIOS DE APOIO EXISTENTES NOS PARQUES DE LAZER.-----**
- TRÂNSITO-----**
- 41 - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DA LINDA - FREGUESIA DE CONDE E GANDARELA. -----**
- APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----**
- 42 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----**

Pelas **vinte e uma horas e quinze minutos** foi declarada **ABERTA A SESSÃO**. -  
Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: (PS) Eleitos diretos: (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Alberto Manuel Gonçalves Mota,



Pedro Manuel da Silva Mendes, Clara Sofia Abreu Barros, Francisco da Costa e Silva, José de Castro Dias, Maria José Teixeira Martins, Francisco José Mendes Pereira, Dionísio Cardoso Ribeiro, Diana Catarina Oliveira da Silva, Carlos Miguel Marques de Castro e Anabela Cardoso Castro; (PSD) – Ana Paula Cardoso Lemos Damião, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Carlos Jorge Caneja Amorim, Ana Margarida da Costa Teixeira, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, José Pedro Ribeiro Salazar, Susana Manuela Marques Araújo, Daniel André de Sousa Rodrigues, Isabel Filipe Gonçalves Gomes de Sousa, Carlos Vítor da Cunha Gonçalves e Amadeu Júnior Marques de Castro; (CDS-PP) - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Paulo Miguel Lima Peixoto e João Paulo Serra Salazar; (CDU) - José Manuel Torcato Ribeiro, Inês Alves Rodrigues e João Vítor Salgado Almeida; (CH) - André Filipe Mendes de Castro Almeida; (BE) – João Afonso Maia da Silva; (IL) – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, José Inácio da Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, José Pereira da Silva – PS; Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, João Manuel Gonçalves Miranda – PS; Domingos Vaz Peixoto – PS, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira – PS; Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide

Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, António Alberto da Costa Martins – PSD, António José da Silva Ribeiro – PSD, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS; Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS. -----

**Ausências inferiores a trinta dias: Membros da Assembleia Municipal -**

Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Hugo Maciel Tavares de Freitas, David José Gonçalves Faria, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Márcio Rafael da Silva ferreira, Idálio Manuel Pereira de Oliveira, Sandra da Luz da Cunha Martins, Eugénia da Conceição Pereira da Silva, Vasco Manuel Azevedo Marques, André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, Tiago Vieira Laranjeiro, Joaquim Jorge Rodrigues Pereira, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Rui Armindo da Costa Freitas, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Elva Raquel Camarero Cancela Gusmão, Célia Maria Abreu Magalhães, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, João Martins da Cunha, Catarina de Freitas Marques, Nuno Ricardo Teixeira de Carvalho, Ana Margarida Monteiro, Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, António Brás Mendes Pereira e Sérgio Alberto Castro da Rocha. **Ausência inferior a 30 dias – Vereação -** Vânia Dias da Silva. -----

**Faltaram os seguintes membros:** Alexandra Santos Gonçalves Ferreira,



Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Maria Odete de Abreu Lemos, Victor Duarte da Cunha Matos Pereira, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Nelson Cristiano Gonçalves Ferreira e Júlio Miguel Sousa Silva. ---

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes Pinto, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, João Vicente Ribeiro Salgado e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

- Do convite da Casa do Povo de Briteiros para a cerimónia de inauguração do Centro de Dia; - Do ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães remetendo, para cumprimento da alínea j), do nº 1, do art.º 18º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, o relatório de atividades relativo a 2022; - Do ofício do Revisor Oficial de Contas da Cooperativa Taipas Turitermas remetendo resposta aos esclarecimentos solicitados pelo Grupo Municipal do PSD; - Do convite da Câmara Municipal de Guimarães para as sessões de esclarecimento relativas ao Plano Diretor Municipal; - Do convite do Turismo de Portugal para a sessão de apresentação da agenda do Turismo para o Interior; - Do convite do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública para a cerimónia comemorativa do 146º Aniversário do Comando Distrital da PSP de Braga; - Do ofício da Assembleia Municipal de Braga que remete cópia da moção apresentada pela CDU, intitulada “Pela Concretização do Passe Intermodal”, aprovada, por unanimidade, na sessão de 28 de abril de 2023; Do convite do Município de Cabeceiras de Basto para o VI Seminário Internacional Ora et labora “Ecologia, Ética e Estética em Ambiente Monástico”; Do convite da Irmandade de S. Pedro para as Festas

em Honra de S. Pedro; - Do requerimento do Grupo Municipal do PSD solicitando documentação e informação relativa às seguintes entidades: A Oficina, VITRUS Ambiente, VIMÁGUA e Taipas TURITERMAS; - Do ofício do Gabinete do Primeiro Ministro acusando a receção da moção do Grupo Municipal da CDU, intitulada “Pela Concretização do Passe Intermodal”; Do ofício do Gabinete do Primeiro Ministro acusando a receção da moção do Grupo Municipal do PS, intitulada “Justiça em Guimarães”; - Do convite da Câmara Municipal de Guimarães para apresentação da Candidatura a Capital Verde Europeia; - Do convite da empresa VITRUS Ambiente para a 3ª sessão da iniciativa “Vitrus Talks; - Do convite da Paróquia de Nossa Senhora da Oliveira para a Solenidade do Corpo de Deus; - Do convite da Irmandade da Penha no âmbito da visita do Ministro da Administração Interna, Dr. José Luís Carneiro; - Do convite da Câmara Municipal de Guimarães para as comemorações do 24 de Junho – Dia Um de Portugal; - Do convite da Vitrus Ambiente para a sessão pública de apresentação do projeto “Reciclagem de Cápsulas de Café”; - Do convite da Irmandade de São Torcato para a Procissão da Romaria Grande de São Torcato; - Do convite do Presidente da Assembleia de Freguesia de Caldelas e do Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas para a Sessão Solene comemorativa do 83º Aniversário da Elevação a Vila; - Do convite da Universidade do Minho para a Conferência “50 Anos: Expansão e Impactos da Universidade em Portugal; - Do ofício da Associação Nacional das Assembleias Municipais dando conhecimento dos três tópicos essenciais que resultaram da reunião realizada com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; - Do convite do Presidente da Assembleia de Freguesia de Ponte e do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte para a cerimónia do 28º aniversário da elevação a Vila. --

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----





**Inês Alves Rodrigues**, do Grupo Municipal da CDU, informou que a CDU, nas últimas semanas, contactou um conjunto de organizações e de cidadãos cujas conclusões considerou importantes divulgar. Assim, sobre a reunião realizada com a PSP no âmbito da segurança no Concelho e da possibilidade de instalação de videovigilância nas ruas da cidade, disse ter constatado que os números demonstram que se vive numa cidade segura, em que os casos de criminalidade sofreram um decréscimo. Neste sentido, valorizou o trabalho realizado pelos efetivos de segurança pública, acrescentando ser essencial manter os meios humanos e materiais necessários àqueles que, diariamente, se dedicam à segurança dos vimaranenses e de quem visita o Concelho. Reiterou que a CDU considera que o tema da segurança pública não pode ser utilizado como objetivo de afirmação política, como o agigantamento de casos isolados e a instrumentalização da perceção de insegurança que possa existir, acrescentando que é importante uma visão integrada da segurança pública, envolvendo as comunidades, reforçando o policiamento de proximidade e disponibilizando serviços públicos de apoio social às populações. Sobre a visita da CDU ao centro cívico das Taipas no sentido de perceber os constrangimentos provocados pelas obras de requalificação para quem vive e para quem trabalha neste local, disse que a apreciação, no geral, é de grande preocupação dadas as alterações realizadas, especialmente pelos comerciantes locais, que já foram profundamente prejudicados por esta obra que ultrapassou largamente o prazo prometido para a sua conclusão, não tendo obtido qualquer apoio para minimizar os prejuízos causados, acrescentando que dizem temer o encerramento das suas atividades, na sequência das alterações ocorridas na circulação, no estacionamento e na acessibilidade automóvel, demonstrando, por isso, que a oferta de transporte público coletivo na vila e

freguesias vizinhas é, ainda, muito insuficiente. Por último, informou que a CDU está solidária com a luta da população da freguesia de Brito e valoriza a organização e a participação ativa dos cidadãos que avançaram com uma petição, que conta já com 300 assinaturas, que exige a resolução dos problemas existentes na rua de São João Batista, no sentido de se tornar uma via mais segura, quer para os automobilistas, quer para os peões. Finalizou, informando tratar-se de uma via bastante movimentada e com elevado grau de perigosidade dada a ausência de passeios adequados, de bermas e de sinalética, para além de que a falta de limpeza não permite a circulação dos peões em condições de segurança. -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, disse querer lembrar, uma vez mais, a sua preocupação com o estado da via de comunicação junto à escola da Boucinha, da Freguesia de Candoso S. Tiago e Mascotelos, recordando ter terminado mais um ano letivo sem que as obras de ampliação/requalificação se iniciassem, permanecendo as crianças sem as barreiras de proteção junto à entrada da escola e os adultos, docentes, não docentes e moradores a percorrer uma rua perigosíssima, estreita e sem passeios. Deu nota de que a Vice-Presidente da Câmara Municipal, em tempos, havia comunicado a possibilidade de um acordo com o proprietário de um terreno que permitiria o melhoramento da via, mas, até à presente data, não ocorreu qualquer movimentação que indicasse o início do processo. Deste modo, disse querer saber o que estava em falta para iniciar o melhoramento desta via de comunicação. Depois, estando a Câmara Municipal a fazer o levantamento das casas que se encontram devolutas, perguntou se esta informação seria para um “assalto” à propriedade privada ou apenas para contrariar o IHRU? Prosseguindo, a respeito dos problemas existentes na EN 310, denunciados recorrentemente nesta Assembleia, disse subscrever a luta dos moradores e mostrou-se disponível para apoiar,



recordando que havia proposto esta obra de requalificação aquando da audição sobre o Plano de Atividades e Orçamento do Município para 2023. Finalizou, dizendo não ter ficado surpreendido com os acontecimentos que vieram a público, envolvendo o Vereador do Desporto, sobre os apoios concedidos às entidades desportivas, lembrando a importância de haver transparência e atitude. Por último, disse querer saber quantos atletas estão inscritos no União Desportiva e Cultural de Guardizela.-----

**João Afonso Maia da Silva**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Todos e todas nós sentimos sem dúvida o peso de ser representantes da vontade de uma comunidade. Mesmo ao nível local, sabemos que cada intervenção nossa, cada discurso, cada voto, deve ser escrutinado pelas cidadãs e cidadãos que nos incumbiram de por eles marcar presença em determinado órgão decisor. Se isso é verdade para as eleitas e eleitos desta Assembleia, com a missão de fiscalizar e acompanhar a ação executiva, será ainda mais para quem assumiu o desafio da gestão camarária, enquanto vereadoras e vereadores deste município. Cada decisão, cada medida, cada política pública, não deve ser mais do que a expressão de um rumo traçado pela vontade popular expressa democraticamente nas urnas. Tanta responsabilidade traz consigo um dever por vezes pernicioso – a adoção de uma conduta que não seja nunca digna da menor suspeição que possa minar a confiança no vínculo de representatividade e nas próprias instituições. Enquanto existir esse encargo, não é possível uma separação entre o “cidadão” e o “agente político”, o “homem” e a “figura pública”, o “militante base” e o “vereador”, mesmo percebendo o inconveniente que isso possa constituir. Quando existe uma suspeita ou uma constatação, empolada pela comunicação social e pela mediatização do fenómeno político, de que uma

qualquer brecha se abriu na conduta a adotar, o resultado é o arrastar de toda uma comunidade consigo, para os terrenos pantanosos da especulação e da espuma dos dias. Saberão a que me refiro especificamente, após as notícias recentemente publicadas e envolvendo o senhor vereador Néilson Felgueiras, o Partido Socialista e uma associação desportiva vimaranense. Não entramos nos terrenos da acusação de conduta ilícita, não afirmamos que a dita associação foi financeiramente favorecida em relação a outras por ser utilizada como meio de filiação de arregimentados partidários, nem desmerecemos o seu trabalho meritório. Não lançamos lama para o pântano com extrapolações, mas reiteramos a nossa visão de que o caso merece, primeiro, uma profunda reprovação política e segundo, uma densa reflexão sobre o exercício do poder municipal em Guimarães. Como referi, exige-se a quem controla a atribuição de verbas a entidades autónomas e independentes um decoro rigoroso, para que nunca se deixe pensar que qualquer subsídio ou ajuda financeira é atribuída sob a perspetiva de capitalizar politicamente a mesma, extraindo benefícios pessoais e partidários. A mínima sensação que assim pode ser, destrói uma já degradada relação entre os agentes político-partidários e a comunidade cidadã e abre as portas a considerações menos positivas sobre o funcionamento do regime democrático. A chamada “ética republicana”, conceito que surgiu recentemente no léxico quotidiano após o enésimo escândalo do governo central do Partido Socialista, falha, quando uma associação desportiva é, da forma que for, veículo de captação de elementos para um partido específico, sendo este poder absoluto em Guimarães há décadas. O Partido Socialista deve refletir se pretende seguir este caminho, arrastando, a preceito de interesses particulares e movimentações internas, a dignidade das instituições para a lama. O Senhor Presidente Domingos Bragança frequentemente acusa a oposição de puxar o nome de Guimarães



para baixo, comparando-o com concelhos vizinhos. Eu, enquanto munícipe, senti-me, no entanto, muito menos dignificado ao ver o nome de Guimarães esparramado num dos jornais com maior tiragem nacional, por tão risível motivo. Pergunto ao senhor Presidente, não enquanto dirigente do Partido Socialista, mas enquanto Presidente da Câmara Municipal, se assume uma prática, em Guimarães, por parte de um partido político, de utilizar apoios públicos como meio de obtenção de dividendos políticos e eleitorais. Enquanto Presidente, assume que a sua existência pode minar o vínculo com as e os representados e que se poderá tornar um inconveniente para a correta gestão camarária e da “coisa pública”? Que mecanismos pretende adotar para que episódios como este não se repitam?” -----

**Ana Paula Cardoso Lemos Damião**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Há coisas que têm que ser chamadas pelo nome pois só assim poderão ser convenientemente perscrutadas. A política, seja a que nível for, deve ser exercida com decência e princípios. Hodiernamente, assistimos incrédulos a vários episódios de injustificável indecência política quer a nível nacional, quer a nível local. Detenhamo-nos no nível local, que é o da nossa atuação e paremos 3 minutos a analisar as razões e as consequências do caso concreto da atuação do agente político vereador Nelson Felgueiras no quadro das suas atribuições públicas. Do que corre nos jornais avizinha-se uma luta fratricida no seio da comissão política do Partido Socialista e, os diversos atores, estão na rua a angariar militantes de modo a que, no momento oportuno, fazerem valer o seu peso e alavancarem as suas carreiras políticas. Nada disto é censurável e, por respeito à vida democrática, o PSD não se imiscui nos assuntos internos do PS. Já o PSD tem o direito e obrigação de emitir veemente opinião crítica quando essa angariação se faz

à custa e enredada nos dinheiros públicos atribuídos pela Câmara que não são do PS nem de nenhum vereador socialista. Os subsídios entregues por qualquer vereador desta camara a qualquer instituição do concelho não são subsídios do partido socialista nem senhorio de nenhum vereador, mas sim da Instituição Município de Guimarães que, presentemente, é governada pelo partido socialista. Concretizando, todo e qualquer subsídio que tenha sido atribuído pelo Sr. Vereador do Desporto Nelson Felgueiras a qualquer associação, incluindo a Associação de Desportos de Combate KTF, mesmo cumprindo todos os pressupostos legais, não lhe pode dar vantagem partidária pelo simples facto de que o dinheiro que entregou não lhe pertencer nem pertencer ao partido do qual faz parte. Felizmente, parece que esta perspetiva é comungada por alguns dos Senhores Vereadores do partido socialista e, sobretudo pelo Sr. Presidente da Camara, Dr. Domingos Bragança que, respondendo ao apelo dos vereadores do PSD de que o Senhor Vereador Nelson Felgueiras não teria condições após os infaustos episódios tornados públicos, por duto despacho de 21 de junho de 2023, avocou a si todas as competências então delegadas ao Vereador Nelson Felgueiras. Fê-lo e fê-lo muito bem na perspetiva do PSD, agindo com zelo e alegadamente com decência. No entanto, sempre há que questionar se esta aplaudida atitude por parte do Sr. Presidente da Câmara se deveu a razões objetivas ou subjetivas. E saber se se fundamentou numa ou noutra é absolutamente determinante pois, será admirável que o Senhor Presidente da Câmara o tenha feito em nome dos princípios e já não o será se o fez por se tratar de um vereador que está no grupo de oposição interna à facção que o Senhor Presidente da Camara defende no PS. Ora, poucas dúvidas há que o Senhor Vereador Nelson Felgueiras fez pedido à KTF para que esta angariasse militantes para o PS. Poucas há também que esta associação não teve pejo em pedir aos seus associados que se tornassem militantes do PS e



assim ajudassem o Sr. vereador Nelson Felgueiras que tão bonzinho tinha sido a atribuir-lhes subsídios. Estes atores não pararam para pensar que tudo isto é grave e nojento? O Sr. Vereador em momento algum, mesmo depois dos factos se tornarem públicos teve a decência de fazer exame critico e admitir a culpa que usou a Câmara, o dinheiro publico dos vimaranenses para fazer corrida política e ultrapassar adversários? Desculpem perguntar, mas que gente é esta? Que princípios morais e políticos norteia a atuação deste novel político? Esta confusão, partido socialista versus Câmara Municipal de Guimarães não é única, não é nova e já vem sendo exercitada há anos na Turitaipas, sendo uma das razões pelas quais o PSD, em nome da decência e da separação entre a atuação do partido socialista que só diz respeito aos socialistas e a Câmara Municipal que sendo governada por socialistas é de todos nós e não pode estar ao serviço do PS, reiteradamente vota contra os aumentos de capital daquela cooperativa.”-----

Ana Paula Cardoso Lemos Damião respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Pedro Manuel da Silva Mendes. -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, do Grupo Municipal da IL, disse querer intervir sobre o tema da Educação, por considerar um dos alicerces fundamentais de qualquer sociedade, numa análise perspetiva presente ou futura, rotulada recorrentemente de “paixão” por sucessivos Governos, mas que tem estacionado frequentemente em projetos de intenções nunca, ou pouco, concretizados. Assim, considerou que se assistia a um evidente desinvestimento neste setor, em particular nas últimas duas décadas, lembrando o, quase, desprezo pela carreira docente, as inúmeras deficiências de material pedagógico, as reformas que ficam por fazer, ou, até, a degradação acentuada das instalações de diversos parques escolares.

Acrescentou que é notório um semiabandono, incompreensível num país que tantos milhões tem recebido da União Europeia e que é, neste contexto em particular, que se assiste à deterioração das instalações de várias escolas públicas, que desesperam por intervenções urgentes há já vários anos. Acrescentou, também, que não é possível exigir um bom nível de resultados a uma comunidade escolar à qual não se concedem condições adequadas para o trabalho que dela se pretende, bem como, preparar homens e mulheres de futuro em ambientes degradados que, desde logo, põe em causa a cultura de rigor e de qualidade que se deseja e ambicionamos, sem luxos ou megalomanias com consumos desnecessários, mas de parques escolares eficientes, com condições de conforto adequadas ao exercício da atividade educativa. Ainda neste âmbito, disse estarmos, agora, a dar os primeiros passos com o processo de descentralização na área da Educação, com pendências de obras a serem ainda assumidas pela Administração Central. Lembrou o início das obras da EB2,3 de S. Torcato a que se seguirão as escolas secundárias Santos Simões e EB2,3 de Pevidém, acrescentando que cabe e todos, mas, acima de tudo, ao Município ser um agente de pressão para que o atraso não seja, mais uma vez, o grande protagonista para a conclusão das obras. Por fim, disse ter consciência, tal como todos os responsáveis pela gestão do Município, que muito ainda ficará por fazer e que outras escolas e equipamentos ainda se mantêm, desesperadamente, à espera, ressaltando que a urgência continua a ser a palavra de ordem e que é ao Município que cabe o papel de acelerar processos e de pugnar pela utilização adequada de recursos, de modo a que não se percam em derrapagens orçamentais e desperdícios sem sentido, proporcionando uma repartição adequada que possa chegar com urgência, e sem exceção, a toda a comunidade executiva e educativa vimaranense. -----





**José Pedro Ribeiro Salazar**, do Grupo Municipal do PSD, mostrou profunda preocupação no que respeita à estratégia de captação, ou simples retenção, de investimento para o nosso Concelho, dirigindo-se ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, uma vez que acumula os pelouros do desenvolvimento económico e dos fundos comunitários. Disse que o PSD ouviu, com agrado, o Ministro da Economia prometer apoiar o desenvolvimento económico de Guimarães e do Quadrilátero Urbano, aquando da sua visita no dia 24 de junho, mas que gostaria de ver esclarecido nesta Assembleia de como é que essas promessas se irão materializar, lembrando que outros Concelhos do Quadrilátero têm anunciado constantes investimentos diretos, com criação de postos de trabalho, dando como exemplo as seis multinacionais e tecnológicas que vão gerar 500 empregos altamente qualificados em Braga até 2024 e, ainda, a MEDWAY que fará um investimento de cerca de 63 milhões de euros em Famalicão. A este propósito, considerou que ser pioneiro na atração de investimento é uma vantagem competitiva, havendo claros sinais de que estamos a ficar para trás. Acrescentou que mais grave que a dificuldade de atração de novas empresas é a dificuldade em manter os novos investimentos dos nossos empresários, lembrando as palavras do Presidente da Câmara sobre o obstáculo que é o PDM na criação de condições para a construção de grandes naves industriais. Ainda assim, disse que o Executivo Municipal não se pode escudar somente atrás do PDM, que curiosamente idealizaram, porque o problema não se cinge apenas, e só, à falta de terrenos preparados para receber estas empresas, porque no portal "*transparência.gov.pt*", dados atuais, constatou que, do montante aprovado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, Braga receberá mais 65 milhões e Famalicão mais 30 milhões que Guimarães, claros sinais de que os agentes

económicos escolhem outros concelhos para investir, em detrimento do nosso Concelho. Anunciou que foi com agrado que viu os sinais de abertura e de convergência da parte do Presidente da Câmara sobre a necessidade de um organismo municipal focado exclusivamente na atração de investimento e desenvolvimento económico, algo que o PSD já defende desde 2013. Concluiu, solicitando clarificação do Presidente da Câmara de qual a real estratégia do Município para a fixação de empresas de alto valor acrescentado.-----

**Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “No dia 24 de junho de 1128 deu-se, no campo de S. Mamede, a batalha inaugural por uma nação. Então, no coração desta cidade, as forças do destino teceram um intrincado panorama, que culminaria na consolidação do reino de Portugal. D. Afonso Henriques pela sua excelente liderança militar e sagacidade diplomática, apoiado nos seus confederados, levou Portugal à independência que, até ao dia de hoje, se perpetua na História. Em Guimarães celebramos o dia 24 de junho como dia 1 de Portugal. Pelos dias que enquadram o feriado municipal a comunidade pulsou em múltiplas iniciativas comemorativas, levadas a cabo pelo executivo camarário, com destaque para o hastear das bandeiras na Câmara Municipal, as diversas inaugurações de obra de suma importância em várias freguesia, a missa solene na Igreja da Oliveira, as jornadas históricas, a apresentação de um livro sobre Afonso Henriques, a publicação da revista afonsina, a deposição de uma coroa de flores na estátua de D. Afonso Henriques. A pièce de résistance das comemorações chegou pela noite ao sopé do Castelo onde o campo de S. Mamede se estende até à Igreja de S. Dâmaso. Neste espaço aberto e democrático decorreu a Sessão Solene com ampla participação dos vimaranenses. Num primeiro andamento, foram apostas as medalhas



honoríficas a diferentes personalidades que se distinguiram nas mais diversas áreas de acordo com a proposta apresentada a todas as bancadas desta assembleia, pelo nosso presidente Domingos Bragança, num gesto de profunda cultura democrática, e votada por unanimidade em reunião de Câmara. No andamento seguinte escutaram-se, em estreia absoluta, as sonoridades da “Suite n.1 (da poesia portuguesa) para Coro e Orquestra” do compositor vimaranense Tiago Simões, interpretada pela Orquestra do Norte e pelo coro de S. Mamede, dirigidos pelo maestro Jorge Leiria. As vozes do Coro de São Mamede: uma mescla de diferentes coros vimaranenses, de várias entidades e de várias freguesias. Gente de cá e de outros concelhos, que comungam e sentem Guimarães. Uma orquestra e um Batalhão de 200 vozes afinaram, em uníssono, por Guimarães e por Portugal. Os discursos solenes couberam ao presidente da CMG, Doutor Domingos Bragança, e ao Ministro da Economia, Professor Doutor António Costa e Silva que, com eloquência nos guiaram por uma história com futuro. Assente que a Batalha de S. Mamede é um acontecimento seminal e decisivo da fundação de Portugal, entendeu o executivo camarário, e bem, iniciar as comemorações dos 900 anos da fundação da Portugal, que projetarão Guimarães a nível nacional e internacional. Estas comemorações arrancam este ano e terão o seu vértice em 2028, prolongando-se até 2030. Na última reunião de CMG, foi apresentada a Comissão Científica dos 900 anos da Batalha de S. Mamede, “que terá por missão ajudar a definir o perfil das Comemorações Nacionais de 1128, nomeadamente na sua dimensão científica”, sustentada por nomes que fazem parte do rol dos maiores especialistas da história medieval, bem como de outras personalidades que aportam ao projeto valências imprescindíveis para a amplitude nacional e internacional que se pretende alcançar. Coordenada por Luís Carlos Amaral

e Mário Jorge Barroca, da Universidade do Porto, esta comissão tem como presidente honorário o insigne historiador José Mattoso, autor de uma obra incontornável para compreensão da idade média portuguesa. Os coordenadores destacaram que: “Celebrar S. Mamede revela-se um pretexto excepcional para refletir sobre Portugal e os portugueses, traçando o caminho rumo à construção de uma nação.” Mais! No seio de Guimarães, onde as pedras centenárias se entrelaçam numa coreografia arquitetónica singular, despontou, também, no passado fim-de-semana, a 11ª edição da Feira Afonsina: com a sua riqueza histórica e valor cultural intrínseco, como um notável evento que nos transporta às eras remotas, desvendando “espírito de conquista” e o passado glorioso da cidade e da nação portuguesa, num resgate vivo das tradições medievais. Ao adentrar pelos arruamentos ancestrais da Cidade, o visitante imergiu numa viagem temporal, como que folheando um livro antigo e amarelado cujas páginas são vívidas e palpáveis. A cidade, berço da pátria portuguesa, transformou-se, mais uma vez, num cenário distinto, onde personagens históricos, trovadores virtuosos e artífices habilidosos se congregaram para recriar uma atmosfera medieval, qual devaneio no tempo. Guimarães foi palco de eventos culturais, exposições, recriações históricas, desfiles, torneios medievais e jornadas históricas que encantaram e divertiram os visitantes de todas as idades, criando memórias inesquecíveis e estreitando os laços entre passado e presente. As barracas e tabernas da feira foram um convite irresistível aos sentidos. As fragâncias exóticas das especiarias misturam-se no ar com os aromas das iguarias. Os artesãos expuseram com orgulho as suas criações. A sinfonia da Feira Afonsina, composta pela sua riqueza cromática e pela minúcia dos detalhes, agregou à recriação o conhecimento científico histórico. Pelas cangostas movimentadas e estreitas, pelo Património da Humanidade, na colina, no Paço e no Castelo a alma da Feira Afonsina



encontrou a sua mais plena expressão. A atmosfera era um convite à fantasia. Até as fábulas ganharam vida! A cidade encheu-se de gente, tanta gente, vimaranenses, visitantes e turistas, novos e menos novos, estimam-se 250 mil visitantes. O pulsar do público, os risos e as vozes encheram o ar, e, os olhares curiosos mergulhavam em cada detalhe, como quem desvenda os mistérios de um tempo esquecido. Cada indivíduo, cada instituição ou entidade local representada, visitante ou comerciante foi peça integrante do cenário vivo, onde a comunidade se reencontra com seu passado, ao passo que celebra e fortalece a sua identidade cultural. Estiveram presentes “97 mercadores, o maior de sempre, 20 associações e 89 voluntários” numa afirmação inquestionável deste evento da CMG. Em suma, para o Município, as celebrações do dia 1 de Portugal são como uma legenda histórica, um vitral colorido das celebrações da data inaugural da nacionalidade, que transcenderam a sua natureza meramente festiva para se configurarem como um verdadeiro repositório histórico-cultural. E, como-nos parte de algo maior! Passados 895 anos sobre este projeto nacional, de “maravilhosa imperfeição”, como lembrou o Senhor Ministro António Costa e Silva lembrando Eduardo Lourenço na sessão solene, Guimarães permanece no tempo e na geografia como o centro da ação. É maior, é uma ponte no tempo, uma ponte para o mundo. Como diria Saramago: É a nossa terra, é terra nossa. A Câmara Municipal cuida e asseia, investe e projeta Guimarães. Cidade intensa, forte, de património e memória. Não lhe encontro ou concedo termos como nojo, vandalismo ou degradante, que nos falou a oposição na AM anterior, nem vandalizada e degradante, nasce com cada dia limpa, cuidada, asseada. Guimarães revelou-se, na sua essência, orgulhosa da sua história. É leitura do passado, é afirmação do presente é desenho de futuro. Valter hugo Mãe.” -----

**André Faria Ferreira**, do Grupo Municipal do PSD, estando Portugal na corrida para receber a mega fábrica da Tesla, projeto de 5 mil milhões de euros e que pode gerar entre 12 a 15 mil empregos, perguntou ao Presidente da Câmara o que estava a ser feito para trazer este grande empreendimento para Guimarães. -----

**Manuel da Costa Teixeira**, Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Em 2013 Domingos Bragança iniciou as suas funções enquanto Presidente da Câmara, com o compromisso de continuar Guimarães, de continuar a projetar uma imagem de um Município moderno e inovador. De continuar a projetar a imagem de um Município que é referência no país em diversificadas áreas, mas que é, também, referência internacional. Todo esta labor não passou despercebido e mereceu a atenção das mais altas instâncias nacionais e europeias, granjeando apoios e sendo bem-sucedido na captação de fundos europeus. A este facto não é alheia a firme determinação de Domingos Bragança em continuar Guimarães, mas, também, como ficou bem evidenciado na sua intervenção da sessão solene do passado 24 de Junho, tratar de construir um passado das coisas futuras, com a certeza de quem fomos, somos e queremos ser. Eu sei, e penso que a maioria de nós saberá, o quão consistente e zelador é o nosso Presidente da Câmara com os *dossiers* importantes para o desenvolvimento do território, desdobrando-se em contactos e diligências junto do Governo da Nação, mas também junto da sociedade civil, procurando reclamar para Guimarães o que, por vezes, passa despercebido na espuma dos dias das redes sociais ou das conversas mais preocupadas com o que só a alguns de nós importa. Mas o território é de todos nós, os vimaranenses. Procurarei, de forma resumida, lembrar alguns dos projetos já concluídos, em curso e em vésperas do seu início, projetos que pensam a governação do território a partir dos



interesses concretos das pessoas, empresas e instituições. Projetos que constroem um território mais descentralizado e que esbatem, na medida do possível, as assimetrias de desenvolvimento do Concelho. Guimarães escreveu uma nova página no domínio dos transportes públicos de passageiros, com a nova concessão de transportes, que entrou em funcionamento em janeiro de 2022. Uma concessão com mais respostas de frequência e qualidade e mais descarbonização. Deu continuidade ao seu ecossistema de governança e submeteu uma nova candidatura a Capital verde Europeia. Promoveu a eficiência energética dos seus quatro bairros sociais, melhorando as condições de vida dos seus moradores e reduzindo os seus gastos mensais, e alterará o seu Plano Diretor Municipal para que sejam criadas bolsas de construção de habitação em todas as vilas e freguesias, para uma construção e preços mais controlados que permita a aquisição de habitação às famílias com rendimentos médios. Reforçou o seu papel enquanto cidade de formação e criação artística com a refuncionalização do teatro Jordão e Garagem Avenida, através da Escola de Artes Performativas e Artes Visuais da Universidade do Minho e do Conservatório de Música de Guimarães. Requalificou a centralidade em várias freguesias, como Atães e requalificou a trama histórica do coração da Cidade, como na rua D. João I, rua da Caldeiroa ou rua Padre António Caldas, incluindo o parque de Camões, entre muitos outros investimentos por todo o Concelho. Guimarães requalificará as margens do rio Ave, de Donim a Gondar, e executará os projetos das ecovias do Selho e do rio Vizela. Está em vias de ver duplicada a sua área classificada, através de uma candidatura bem fundamentada da Zona de Couros a Património Cultural da Humanidade, construindo-se assim futuro em cima de passado. Com a futura escola Hotel do IPCA, na Quinta do Costeado, instituição decisiva para

o futuro dos serviços turísticos e de restauração do território, e com as novas instalações para a Engenharia Aeroespacial, na Fábrica do Arquinho, Guimarães verá a sua cidade ser mais cidade, dando corpo ao Bairro C, ao Bairro da Cultura, Criatividade, Conhecimento, ao Bairro da Comunidade. Guimarães prepara-se para ser a sede do maior centro de investigação em Medicina Regenerativa da Europa com o Instituto Cidade de Guimarães, e um dos líderes na computação avançada com a entrada em funcionamento, dentro de muito pouco tempo, do Supercomputador DEUCALION. Com a Academia de Transformação Digital, na Fábrica do Alto, em Pevidém, apostará na conversão e reconversão de competências para um tecido empresarial ainda mais competitivo. Guimarães terá uma ligação por BRT à cidade de Braga que permitirá a ligação à futura estação de Alta Velocidade. Terá novas condições na saúde, com o Centro de Saúde de Moreira de Cónegos, novas condições na segurança das populações, com o novo Quartel da GNR de Lordelo, novas condições de justiça, com a construção do novo Campus de Justiça de Guimarães, novas condições no espaço público, com a nova centralidade nas Taipas, novas condições na mobilidade, com a nova ligação ao Avepark e às freguesias do norte do Concelho. Guimarães progride com os olhos bem postos no futuro, cada vez mais solidária e aberta ao novo. Reconhecê-lo, parece-me ser de inteira justiça”.

Manuel da Costa Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por César Nuno da Costa Teixeira.

**Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito**, do Grupo Municipal do CDS-PP, citando Aristóteles que defendia “talvez não fosse a mesma coisa, em todos os casos, ser um bom homem e um bom cidadão”, e que considerava “o homem como um animal político na sociedade da Grécia antiga, que não distinguia a sociedade do Estado ou da sua organização política - o Estado determinava a conduta a cada momento e, obviamente, a ética era





meramente política”, referiu que no tipo das sociedades em que se confunde a sociedade com o Estado ou a organização política, que não desapareceu no tempo e que subsiste em regimes ditatoriais ou democracia imperfeita, o indivíduo é apenas mais um cidadão, sem contemporizar as suas liberdades individuais, a sua capacidade de discordar, de opinar, de separar entre o público e o privado, entre o coletivo e o individual, enfim..., um regime sem ética, moral e política, realçando que no tempo que vivemos, paradoxais, independentemente de quem os enfrenta a serem líderes individuais ou democratos cidadãos, o problema transforma-se sempre na velha questão - até que ponto os fins justificam os meios na política. Acrescentou que princípios éticos implicam a responsabilidade por consequência, mesmo sobre as que se tem pouco ou nenhum controlo e pelas quais seriam desculpados se estivessem na vida privada. Acrescentou, também, que a ética governamental que regulamenta conflitos de interesse, portas giratórias, lobby, nepotismo, rendimentos externos e irregularidades, linhas sempre ténues que cruzam os limites entre a corrupção individual e institucional. Continuou referindo Maquiavel que dizia que desde que o governante dê benefícios ao povo, este é completamente propriedade deste governante, porém, certamente, uma nova edição atualizada desta obra ímpar, hoje se acrescentaria a liberdade cívica, a independência de pensamento e a opção política. Considerou que numa sociedade verdadeiramente democrática, as decisões coletivas devem ser vinculativas, para todos os cidadãos, transparentes, tendo em consideração a diversidade presente das sociedades modernas, quer do ponto de vista moral, quer do ponto de vista político, sendo que, os cidadãos têm direito a uma voz igual na decisão das políticas e, numa cidade pluralista, podem discordar sobre quais as políticas corretas. Considerou, prosseguindo, que a perpetuação no

poder e a falta de alternância reduz a qualidade da democracia, tem um significativo impacto no desenvolvimento económico, mina o sistema de pesos e contrapesos essencial para uma democracia saudável, pode conduzir a uma concentração de poder a potenciais abusos e a um declínio dos princípios democráticos, torna-se resistente à mudança e menos reativo à evolução das necessidades da sociedade, dificulta a inovação política e impede enfrentar, de forma eficaz, os desafios emergentes e conduz à estagnação e à ineficácia da governação, podendo, ainda, criar um ambiente propício à corrupção e ao clientelismo. Considerou, ainda neste âmbito, que a falta de uma supervisão eficaz de controlos institucionais e de concorrência política pode permitir que o partido no poder se envolva em nepotismo, favoritismo e utilização indevida de recursos públicos para benefício pessoal ou organizacional. Acrescentou que quando um único partido permanece no poder durante um longo período a confiança na governação e nas instituições democráticas diminui, os cidadãos podem considerar que o partido no poder não está a encontrar as suas necessidades e preocupações, o que leva à desilusão, apatia, perda de confiança no processo político, estimulando processos menos democráticos de cariz populista. Por último, citando Max Weber, que considera existir na política a ética da convicção, que julga a sua ação apenas pelo seu valor intrínseco, independentemente das suas consequências e não assume qualquer responsabilidade, e a ética da responsabilidade, que não só terá em conta essas consequências, mas também sentirá que deve assumir a responsabilidade por estas. Assim sendo, vítima recente das consequências do longo período de governação, que mina a qualidade da democracia e conduz ao nepotismo, ou de um aluno brilhante, mas descuidado de técnicas de clientelismo, disse considerar que Guimarães merece, e em particular as novas gerações, neste preciso momento, que prevaleça a ética



da responsabilidade. Finalizada a sua intervenção, disse querer louvar a coragem do Vereador Nelson Felgueiras em estar presente na sessão. -----

**José Manuel Nogueira Teixeira Bastos**, do Grupo Municipal do PS, usou da palavra para anunciar que o Grupo Municipal do Partido Socialista está em total articulação e concordância com aquilo que foi a decisão do Presidente da Câmara, relativamente ao tema que dominou este período da Ordem do Dia, por várias razões, uma das quais, a realização da auditoria interna clarifique todo o processo, o que abona em favor do Presidente de Câmara, abona a favor Vereador Nelson Felgueiras e abona a favor da política em geral. Considerou que, enquanto decorre o processo de auditoria, tudo aquilo que se possa dizer é, apenas, trazer ruído para o processo. Não tendo mais tempo disponível para esta sua intervenção, concluiu, reiterando a posição do Grupo Municipal do PS e assegurando que não se deixa embalar pelo “canto do cisne” nem aceita “abraços de serpente”.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** em resposta a Inês Alves Rodrigues, deu conhecimento do acordo de cooperação com três das cidades do Quadrilátero Urbano - Guimarães, Braga e Famalicão - para avançar com a instalação de sistema de videovigilância nas ruas, um sistema trabalhado com o Comando da Polícia de Segurança Pública, dentro do respetivo enquadramento legal e regulamentar, de modo a combater as incivildades, alertando, ainda assim, para o equilíbrio que deverá existir entre os que defendem total liberdade de cada cidadão no espaço público e aqueles que entendem que a segurança faz parte dessa liberdade. Esclareceu que o projeto da obra de centralidade das Taipas foi apresentado publicamente e largamente discutido, tendo acrescentado que o atraso da conclusão derivou do contexto de pandemia e da guerra na Ucrânia. Sobre as obras de requalificação da rua S. João Batista, Freguesia de Brito, disse tratar-se de

uma estrada nacional e, por isso, responsabilidade das Infraestruturas de Portugal. Contudo, anunciou ser conhecedor de que as Infraestruturas de Portugal pretendem requalificar a rua e que irão ar início, de imediato, ao corte das árvores que estão a danificar os passeios. Quanto à situação da escola da Boucinha, tema abordado por André Filipe Almeida, informou que o processo se encontra na fase de expropriação de terreno, que é habitual ser uma etapa morosa, neste caso em concreto, que já se alonga há dois anos. A respeito da intervenção de José Pedro Ribeiro Salazar, referiu a liberdade económica que têm os estrangeiros que investem em Portugal, e que embora Guimarães não esteja perto do mar e não tenha serviço portuário, tem outros atributos, nomeadamente a sua história, que é incomensurável, existindo milhares de pequenas, médias e grandes empresas, de excepcional qualidade e diversificadas, que têm feito grandes investimentos, quer na área das embalagens, quer dos compósitos, da metalomecânica, do têxtil, entre muitas outras áreas. Lembrou as palavras do Ministro da Economia e do Mar, aquando da Sessão Solene Comemorativa do 24 de Junho, em que exaltou o passado histórico de Guimarães e destacou todo o seu sistema produtivo. Sobre o despacho que determinou a realização de uma auditoria interna para análise do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares no processo de atribuição de apoios às associações desportivas, avocando para si as competências que estavam delegados no Vereador Nelson Felgueiras até serem conhecidas as conclusões da referida auditoria, disse ter ouvido com muita atenção o que foi dito pelos Vereadores, pelos membros da Assembleia Municipal e pelo próprio visado, mas que a dimensão ética no exercício de funções públicas é essencial e que a avaliação que fizer destas duas dimensões e do evoluir de todo este processo, formarão a sua decisão quanto à confiança política no Vereador Nelson Felgueiras.-----



O Presidente da Câmara respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, André Faria Ferreira e José Pedro Ribeiro Salazar.---

**César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, **protestou** pela forma como o Presidente da Câmara se dirigiu à bancada do Partido Social Democrata e por ter considerado de enfermada de demagogia pungente a intervenção de André Faria Ferreira.-----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, não tendo obtido resposta do Presidente da Câmara, informou que fará chegar à Mesa da Assembleia um requerimento para que possa ver esclarecidas as suas dúvidas sobre a cláusula 2ª – Deveres da Entidade – do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com a União Cultural, Desportiva e Recreativa de Guardizela, nomeadamente quanto às certidões emitidas pela Federação e Associação Regional que comprova a participação nas competições.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** usando do direito de contraprotesto esclareceu ter apenas exercido o direito de contraditório para desconstruir a demagogia e o populismo, um dever democrático. -----

----- **PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO** -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

Não ocorreu qualquer intervenção. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Antes de iniciar o Período da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa informou todos os membros presentes de que, para os atos eleitorais constantes dos pontos 23 e 24, deveriam dirigir-se à mesa de voto que estava instalada no átrio junto da black box, decorrendo o período de votação até ao final da discussão do ponto 9 da Ordem do Dia da presente sessão, conforme acordado com os grupos parlamentares em reunião realizada com os seus

representantes. Mais informou que, encerrada a votação, será solicitada a presença de um representante de cada grupo parlamentar para, conjuntamente com o secretariado, proceder à contagem dos votos, sendo, posteriormente comunicado, em voz alta, os respectivos resultados.-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO-----

**1 – AQUISIÇÃO DE BENS – BETÃO BETUMINOSO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – COMPROMISSOS PLURIANUAIS.** Submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, uma informação a respeito da aquisição de bens - Betão Betuminoso - Repartição de encargos/Compromissos plurianuais, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **2 – ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS MODIFICATIVAS.** Submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, uma informação relativa às alterações orçamentais modificativas, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na**



**sessão, os seguintes membros:** Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Anabela Cardoso Castro, Ana Margarida da Costa Teixeira, Susana Manuela Marques Araújo, Daniel André de Sousa Rodrigues, Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa, Amadeu Júnior Marques de Castro, João Vítor Salgado Almeida, José de Castro Antunes, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, António Alberto da Costa Martins e José Inácio da Fonseca. -----

**2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:** Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Carlos Miguel Marques de Castro, Anabela Cardoso Castro, Susana Manuela Marques Araújo, Daniel André de Sousa Rodrigues, Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa, Amadeu Júnior Marques de Castro, João Vítor Salgado Almeida, José de Castro Antunes, José Pereira da Silva, Carlos Alberto Alves Miranda Oliveira, António Alberto da Costa Martins, Ricardo Jorge Carvalho de Castro

e José Inácio da Fonseca. -----

**3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2023.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no oito de maio de dois mil e vinte e três, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

**Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros:** Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Augusto Rafael Capela Duarte, Maria Joaquina Oliveira Antunes, Elvira Matos Silva Fertuzinhos, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Clara Sofia Abreu Barros, Anabela Cardoso Castro, Margarida Pinheiro Pereira, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Susana Manuela Marques Araújo, Daniel André de Sousa Rodrigues, Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa, Amadeu Júnior Marques de Castro, Inês Alves Rodrigues, João Vítor Salgado Almeida, Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, Maria de Fátima Saldanha Cardoso, José Pereira da Silva, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira, Vítor Manuel da Silva Pais, Francisco Ferreira Gonçalves e José Inácio da Fonseca. -----

RELATÓRIO E CONTAS -----

**6 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2022.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Consolidação de Contas de 2022”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia sete de junho de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **7 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS - RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E MINUTA DO RELATÓRIO E PARECER DO**



**AUDITOR EXTERNO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS – APRECIÇÃO.**

Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, a Certificação Legal das Contas Consolidadas, Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeira Consolidadas e Minuta do Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre as Contas Consolidadas. As Minutas dos documentos foram apreciadas pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia sete de junho de dois mil e vinte e três. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

**João Maia da Silva**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Analisado o relatório de consolidação, transmito em breves considerações a leitura política do mesmo e da realidade financeira do município. De modo geral os comentários aos quadros financeiros tendem a sublinhar apenas uma parte da realidade, a mais conveniente: - Para o Ativo, refere o aumento do investimento em Ativo Fixo e o aumento do saldo de caixa e depósitos num total de cerca de 4 milhões, mas não sublinha o aumento das dívidas de clientes e outras contas a receber num total de 2,6 milhões; - Para o Passivo, refere a diminuição do financiamento obtido de cerca de 6,4 milhões, mas não sublinham o aumento das dívidas a terceiros de curto prazo (Fornecedores e outras contas a pagar) num total de cerca de 2,5 milhões; - No que toca à Estrutura de rendimentos, refere um aumento de 10,9%, num total de 13,8 milhões, mas havia que sublinhar que 52% desse aumento de rendimentos se deve ao aumento das transferências e subsídios correntes; -No que toca à estrutura de gastos, não refere o aumento dos Fornecimentos e Serviços externos (serviços correntes e consumíveis que não inventários) de 4,7 milhões (aumento que gostaríamos de ver aqui explicado pelo senhor Presidente, para que compreendamos plenamente as

suas causas); - Na verdade sem o aumento dos rendimentos das transferências e subsídios correntes na ordem dos 7 milhões o resultado seria negativo, isto é, se o resultado líquido de 2022 é de cerca de 5,4 milhões, parte desse resultado é explicado por esse valor (fazendo nota que a rubrica de Transferências e subsídios correntes obtidos aumentou o seu peso na estrutura de rendimentos em comparação com 2021 cerca de 1,84 pontos percentuais, enquanto a maior parte das rubricas diminuem o seu peso (vendas, prestação de serviços e impostos e taxas). Há um certo pendor para sublinhar o que pode ser entendido como um sucesso e não referir (quando não há obrigação legal) certas nuances que refletem a vida do município em 2022. Mais abaixo no relatório lê-se num quadro as transações entre o Município e as entidades controladas, nomeadamente os subsídios à exploração (destinados a cobrir despesas correntes, não de investimento) atribuídos. No quadro das despesas de pessoal, apenas se encontra individualizado o pagamento aos órgãos de soberania, não se discriminando, portanto, o valor pago aos órgãos de gestão das entidades controladas. Por uma questão de transparência deveríamos ter essa informação, ao invés de colocarmos tudo no mesmo saco. Em suma, perduram os problemas estruturais do nosso município, numa situação financeira longe de ser brilhante e alimentada, não por investimentos prioritários na ação social, mas pelos chamados “elefantes brancos” do concelho, como a Taipas Turitermas e a Tempo Livre. Continuaremos vigilantes face a esta realidade, pelo superior interesse das e dos vimaranenses que tanto contribuem para o município”.

**Manuel José Araújo Ribeiro**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Na análise do relatório consolidado, verifica-se que o ativo tem subido e o passivo tem descido: ativo de 2021 – 560.767.000; 2022, 567.971.000. O



passivo passou de € 82.613.000.000 para € 80.457.000; O endividamento desceu consideravelmente: mais de 6 milhões de euros, (-17,5%); na estrutura do património líquido, devemos relevar a existência de reservas na importância de € 23.301.000 e a cifra de resultados transitados de € 98.282.000. Na conta do exercício, temos um resultado líquido de mais de € 5.186.000. Na discriminação das receitas, constatamos a maior receita de sempre de impostos e taxas: IMT 9.500.000,00; IMI - € 19.000.000; Derrama - € 4.998.000; IUC: € 4.300.000. Taxas - 4.800.000; FEF: 19.357.000; Participação no IRS: 6.207.000. Os rendimentos, no global, subiram, mais de 13 milhões de euros. Os gastos aumentaram € 10,2 milhões. Essa maior receita corresponde a um enriquecimento do município e a um empobrecimento dos munícipes. Folga para o município a que corresponde, numa relação direta, aperto para os munícipes. Uma receita fiscal que excedeu o orçamentado em ano de reconhecidas dificuldades para as pessoas e para as empresas. Todos os principais indicadores do município acima referidos mostram que o município tem folga orçamental e financeira para os devolver em serviços e apoios aos seus cidadãos. E a Câmara tem muito por onde apoiar a acrescentar ao que apoia, designadamente na mobilidade e na devolução de impostos aos seus cidadãos e empresas, designadamente na devolução de parte na participação do IRS do município, para os cidadãos e na derrama para as empresas. Mas o resultado líquido ainda seria superior não fosse a subida com despesas de pessoal em cerca de € 4 milhões de euros em consequência do aumento número médio de funcionários... E dentro da subida dos encargos com o pessoal encontra-se o contributo de uma empresa que entra na consolidação que admitiu 35 funcionários - a VITRUS. E só se soube disso a partir do relatório de atividades daquela empresa. O desconhecimento público e principalmente o

desconhecimento dos órgãos de administração e fiscalização do município é preocupante, tendo o significado óbvio de que as admissões foram feitas pela calada. Não se sabe quem entrou, para que funções, nem da necessidade da sua admissão. O controlo à posteriori é de si imperfeito e pode-se dar-se o caso do facto consumado, o que pode prejudicar a vida de terceiros de boa fé. Pelo que é necessário que as empresas que entram no perímetro da consolidação obrigatória, ao admitirem pessoal, o façam com concurso e que a esse concurso seja dada publicidade. Não foi assim; não é assim; mas tem de ser de outra maneira. O Estado de Direito material não pode aceitar que empresas municipais que são empresas públicas, possam admitir quem querem, e como querem. A administração da coisa pública não pode estar nas mãos do arbítrio de quem governa e arredada do princípio da publicidade. O PSD censura, nesta intervenção, mais uma vez, o aumento médio do número de funcionários nomeadamente o aumento de 35 funcionários na Vitrus feito ao arrepio dos órgãos de administração e fiscalização do município. Cumprir “Abril”, passa pela publicidade e pela igualdade do acesso dos cidadãos a qualquer emprego com carácter público”.

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o aumento dos ativos significa investimentos sucessivos e cumulativos e que a diminuição do passivo significa que houve fontes de autofinanciamento, que podem ser de rendimento de impostos municipais e, essencialmente, de apoios comunitários, estes últimos por mérito do trabalho da Câmara Municipal. Esclareceu, ainda, que a Câmara Municipal tinha, em 2013, empréstimos na ordem dos de 60 milhões, e hoje cerca de 30/35 milhões de euros por consolidação, considerando benéfico a continuação da diminuição do passivo, mas que poderá ser necessário contrair mais empréstimos. Lembrou existirem despesas que só são registadas quando se efetuam,



segundo as normas do Plano Nacional de Contabilidade Pública, sendo o caso dos cerca de 10 milhões de euros de despesas que estão cabimentadas, e já deliberadas, para apoios às juntas de freguesia, instituições sociais, desportivas e outras, caso contrário, o défice seria de cerca de 7 milhões de euros. Prosseguiu, referindo que as empresas e cooperativas municipais cumprem, escrupulosamente, os seus Estatutos e a legislação no que toca à contratação de pessoal, mas devido à abrangência das suas competências, vos Municípios viram-se obrigados, no quadro legal, a criar empresas municipais para haver flexibilidade na contratação para prestar serviços aos cidadãos. Concluiu, reconhecendo o trabalho que é realizado pela cooperativa Tempo Livre e, embora se encontrando numa fase difícil, pela Taipas Turitermas.-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Manuel José Araújo Ribeiro.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por maioria, com **56 votos a favor** (24 eleitos do PS e 32 Presidentes de Junta do PS), **6 abstenções** (3 eleitos da CDU, 1 eleito do CH, 1 eleito do BE e 1 eleito da IL) e **28 votos contra** (14 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD e 3 eleitos do CDS-PP).-----

#### -----DECLARAÇÕES DE VOTO-----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, proferiu o seguinte: “O CDS é coerente e vota contra a Consolidação de Contas. Ora, se votamos contra a Consolidação de Contas, não por qualquer razão técnica, mas por razões políticas e de orientação estratégica, esta Consolidação veio dar razão à posição ao CDS acerca dos resultados, demonstrando que há folga para a redução fiscal, aliviando o bolso das famílias e das empresas. Afinal, mesmo com o impacto das Contas Consolidadas, 2022 não só foi o ano com maior receita fiscal dos últimos

anos, como, para além disso, foi um ano em que a receita excedeu o orçamentado e, ainda, cresceu muito mais percentualmente do que as despesas, o que é a prova de que poderíamos ir mais além na redução da carga fiscal. Relativamente à última intervenção do Senhor Presidente, vem aqui demonstrar as questões estratégicas entre reduzir carga fiscal ou aumentar capital social da Vimágua ou colocar dinheiro na Taipas Turitermas. Todos estes argumentos são suficientes para o nosso voto contra.” -----

**César Nuno da Costa Teixeira**, em nome do Grupo Municipal do PSD, proferiu o seguinte: “As respostas que deu o Senhor Presidente de Câmara, que acabou de transmitir, não mudaram, nem nos convenceram, naquilo que foi o nosso sentido de voto. Há aqui um ponto que é importante e que motiva claramente o nosso voto contra. Não se compreende que um orçamento municipal preveja determinadas verbas como receita e, ao fim de um ano, tenhamos uma arrecadação de receita superior à verba que está prevista e não se considere que, perante este facto, não haja folga suficiente para a redução da carga fiscal, para aliviar os problemas que perturbam a classe média vimaranense e as empresas, porque estamos num período particularmente difícil para a economia, para as famílias e para as empresas. E, é neste momento que a folga orçamental, decorrente da excelente execução da parte da receita, tem que ser partilhada para com os vimaranenses. Segundo ponto, que também justifica o nosso voto contra, nós temos no seio do setor empresarial local variadíssimas empresas e cooperativas, e aquilo que nós verificamos e chamamos a atenção, foi a forma como a Vitrus tem feito a contratação, quer em termos qualitativos, quer em termos quantitativos. Aquilo que eu esperava do Senhor Presidente da Câmara aqui, e que à semelhança do que é feito pelas outras cooperativas e empresas municipais, que até são relativamente comedidas



na gestão dos recursos humanos nesta fase, também tivesse esse grau de exigência para com a Vitrus. Isto infelizmente não aconteceu. Estava a contar que, porventura, viesse a reconhecer essa circunstância. Para além de tudo o mais, estes dois factos são, para nós, essenciais para fundamentar o nosso voto contra”. -----

## DOCUMENTOS PREVISIONAIS -----

**8 – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal a seguinte informação: “Na sequência da informação da Divisão de Ambiente e Espaço Público (anexo 1), torna-se necessária uma alteração orçamental modificativa (revisão orçamental) para a inscrição/reforço de receita e de despesa nos seguintes termos: -----

## RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA -----

- Reforço no valor total de 6.622.125,40€ na seguinte rubrica orçamental: ---

Designação	Rubrica	Ano 2023
Rendimentos de propriedade – Rendas - Outros	051099	6.622.125,40
Total		6.622.125,40

## RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE DESPESA -----

- Inscrição/reforço no valor total de 6.622.125,40€ na seguinte rubrica orçamental: -----

Designação	Rubrica	Ano 2023
Empresa Intermunicipal Vimágua Ativos financeiros – Ações e outras participações – Sociedades e quase sociedades não financeiras - Públicas	Plano Plurianual de Investimentos 3.5.02 0101-090702	6.622.125,40
Total		6.622.125,40

A aprovação desta alteração orçamental modificativa é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” A proposta foi aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada no dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três. O documento constante do anexo I, dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro

de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por maioria, com **85 votos a favor** (24 eleitos do PS, 32 Presidentes de Junta do PS, 14 eleitos do PSD, 11 Presidentes de Junta do PSD, 3 eleitos do CDS-PP e 1 eleito do CH) e **5 abstenções** (3 eleitos da CDU, 1 eleito do BE e 1 eleito da IL). -----

CÂMARA -----

## **9 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE**

**GUIMARÃES.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de abril de dois mil e vinte e três e trinta e um de maio de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Temos algumas perguntas para fazer sobre alguns projetos, mais propriamente como se encontram alguns deles, no sentido de desenvolvimento e prazos. Se há só estudo, se já há projeto, para quando o concurso público e consequentes, são eles: - Requalificação e alargamento de acessos ao parque industrial de S Torcato; - Estudo da rodovia de covas-resolução de problemas rodoviários junto da rotunda do McDonalds; - Revisão do projeto par a GNR das Taipas; - Substituição da cobertura com amianto da EB1/JI conde Agrolongo. E outras duas questões que já colocamos no passado e voltamos a colocar: Vespas velutinas, com 58 colónias identificadas e o Apoio aos Incêndios. Como está a estratégia para estes dois casos tão distintos, mas ambos tão importantes? Está a Proteção Civil de Guimarães preparada para o Verão que já chegou? E a luta contra a praga das Vespas Asiáticas? -----

**José Manuel Torcato Ribeiro**, do Grupo Municipal da CDU, fez a sua





intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Nas comemorações do dia um de Portugal, o Presidente da Câmara brindou os presentes com um discurso onde a esperança, no presente e para o futuro foi o tema central, num cenário deslumbrante que ajudou que as palavras proferidas fossem assimiladas com enorme prazer e satisfação pelos apoiantes mais acérrimos. Palavras bonitas, mas não mais que isso. No entanto, Senhor Presidente, as pessoas não vivem apenas de bonitas palavras, nem de promessas de esperança num futuro melhor. As pessoas só terão acesso a uma vida digna se as opções políticas nacionais e municipais forem mais audazes e tiverem como preocupação central a melhoria das condições de vida das pessoas. Cada vez mais os jovens, os adultos e os idosos são chamados a sobreviver. “Façam poupanças”, “não jantem fora às sextas-feiras”, “não se preocupem com as idas ao teatro ou aos concertos” e quando acreditávamos que nada podia ser pior do que sermos acusados de gastar todo o dinheiro em “mulheres e copos” eis que a senhora Lagarde acusa os trabalhadores de serem os causadores da subida da taxa dos juros. E o que é que isto têm a ver com a atividade da Câmara, perguntará o Senhor Presidente e todos os presentes? Tudo, tem tudo a ver. Vivemos num concelho de salários baixos, em que os trabalhadores das indústrias, principalmente mulheres, são condenados a sobreviver. A maioria dos trabalhadores em Guimarães chega ao fim do mês sem dinheiro no bolso, fazem muitas contas, mas o dinheiro não estica, e o mês acaba lentamente muito depois de acabar o salário. E, por isso, quando pedimos aos vimaranenses para olharem para o futuro sorridente feito de educação, cultura, industrialização, sustentabilidade, porque só assim se alcançará a “vida digna” perguntamos de que intervalo temporal estamos a falar? Vejamos: As mães não podem trabalhar porque não há creches em

Guimarães, segundo notícias recentes, as 39 creches existentes em Guimarães estão sem qualquer vaga e estima-se uma lista de espera de 800 crianças. Que esperança estamos a dar a estas mães? Que esperança estamos a dar a estas famílias? O Senhor Presidente falou numa reunião de Câmara sobre a possibilidade de alugar um espaço no Verbo Divino, em Azurém, para depois ceder o espaço a uma IPSS que trabalhasse numa resposta. Muito bem! Para quando, Senhor Presidente? Como podemos pedir esperança aos vimaranenses e a quem escolheu viver em Guimarães quando lemos vezes sem conta os números avultados para a Habitação, e lemos mais uma vez no relatório de atividades hoje em análise. Na página 8 lemos: “Na Habitação, destaque para a aprovação, em reunião do Executivo Municipal, da 2ª revisão da Estratégia Local de Habitação do Município de Guimarães. Os valores de investimento previstos na proposta são 116,8 milhões para aquisição /construção de 931 frações, 11,5 milhões para reabilitação de 119 frações municipais, 26,6 milhões para reabilitação de 290 frações de propriedade privada e de IPSS, e 569 mil euros anuais para apoio ao arrendamento, num total de 313 frações.” Quando podem as pessoas ter acesso a qualquer uma destas respostas? Que esperança estamos a dar às famílias que precisam de casa e aos jovens que querem iniciar as suas vidas? Pedimos que esperem mais um, dois, três anos? Que esperança há quando se está a prometer desde 2010 aos alunos que passam pela Escola João de Meira um Pavilhão Desportivo novo? Para quando? Senhor Presidente, para termos esperança é preciso mais do que a cidade limpa, os turistas felizes, e o orgulho de sermos da cidade onde nasceu Portugal. Para sermos felizes, termos uma vida digna, para que possamos olhar para um futuro de desenvolvimento e até de exemplo de sustentabilidade e descarbonização, precisamos de investir em transportes públicos coletivos eficientes, com preços acessíveis. Precisamos dos nossos rios despoluídos, precisamos de



um PDM que responda às necessidades do concelho, mas que seja diferente do dos concelhos vizinhos, sem facilitismos, com um plano estratégico bem definido em que as classificações dos solos sejam respeitadas. E quando levantamos a bandeira da Educação, vezes sem conta, precisamos de garantir que as crianças e jovens do concelho tem direito a uma escola em condições, segura e confortável. Isso não acontece com os alunos das Escola EB2/3 Santos Simões, Escola 2/3 de Pevidém, com a Escola EB 2/3 de Creixomil. É necessário termos esperança, mas sem a sua concretização, é só mais uma promessa vazia.” -----

**João Afonso Maia da Silva**, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Foi em maio que finalmente assistimos à formalização da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, um culminar de um processo moroso, mas que esperamos, coletivamente, que obtenha frutos e que termine com a atribuição do desígnio para Guimarães. Não obstante, temos sempre uma postura cuidadosa relativamente à busca de prémios e galardões como se fossem esses os determinantes do bem-estar comum da sociedade. Distinções não climatizam habitações, não alcançam a gratuitidade dos transportes públicos urbanos, nem travam a betonização do território. A integração em redes locais de cooperação transnacional em matéria ambiental é positiva – trocam-se impressões, experiências e saberes essenciais e promovemos o nome do nosso concelho. Mas, mais uma vez, temos que nos indagar se as múltiplas adesões a acordos, redes e programas de âmbito continental têm como objetivo materializar um impacto positivo a nível ambiental na população, ou se pretendemos apenas propagandear a nossa gestão municipal, aproveitando qualquer compromisso para tal, sem a certeza que o possamos cumprir. Seria importante para o trabalho desta Assembleia que

a Câmara fizesse um balanço das iniciativas, acordos e compromissos subscritos em matéria ambiental e no âmbito transnacional, com o impacto gerado e o nível de cumprimento dos objetivos traçados até ao momento. Mais uma vez, não é a ânsia de chegar primeiro a todas as novidades que nos torna um concelho exemplo a nível ecológico, são as políticas públicas e as decisões do executivo que o fazem. É a ação concreta do município que nos torna um concelho ecologicamente sustentável e, digamos, se a ação do executivo vimaranense não estivesse a falhar, não haveria a necessidade de agendar uma Assembleia Municipal Extraordinária para discutir questões relacionadas com a política ambiental, onde vamos ter oportunidade de aprofundar alguns destes problemas. Também relacionada com a questão ambiental, mas não só, está a última revisão do Plano Diretor Municipal, tão propalada pelo executivo camarário durante os últimos meses. A ideia geral é que, com esta alteração, estaremos a libertar espaço para área de construção, tão necessária para as necessidades habitacionais e de instalação de agentes económicos do concelho. O Partido Socialista pisca assim um olho à Direita e navega na clássica fórmula liberal de que devemos libertar os entraves burocráticos para que o mercado resolva os problemas da comunidade. Transmite a ideia de que com mais área para construção, a crise habitacional que vivemos será resolvida, ignorando as características dessas áreas e a natureza das propriedades a erigir. Não será com mais “bairros sociais para ricos” (entre muitas aspás) que o concelho alcançará uma maior acessibilidade ao arrendamento, mas com uma política concreta de habitação pública. Depois da agressão ambiental prolongada ao longo das últimas décadas, patrocinada pelo PS de Guimarães, com a construção massiva na encosta da Penha, temos que virar a página da construção de habitação inacessível para a grande maioria da população e vocacionar a construção estrategicamente para habitação pública a renda acessível,



combatendo efetivamente o problema habitacional em Guimarães e respeitando ao máximo as áreas rurais e florestais do concelho, num equilíbrio ecologicamente sustentado. Não sou geógrafo, nem urbanista, nem arquiteto, mas baseio-me na opinião de dois docentes das Universidades do Minho e do Porto, respetivamente, os Professores André Fontes e José Alberto Rio Fernandes, que criticam a ausência em Guimarães de espaço público para a fruição da comunidade e de habitação pública acessível e a atual política de construção no concelho que a Câmara patrocina, com a intenção de segregação do território do concelho em áreas para a classe alta e áreas para as classes desfavorecidas. Se estas críticas foram proferidas num evento organizado pelo PS Guimarães, esperamos que as mesmas surtam algum efeito com vista à reversão da atual estratégia para o concelho”.

João Afonso Maia da Silva respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida.

**Francisco da Costa e Silva**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Criar esta simbiose entre o desenvolvimento económico, mobilidade, habitação e a sustentabilidade ambiental, para muitos pode ser uma utopia, mas para esta Câmara Municipal, é uma realidade, alcançável a curto, médio prazo. No nosso dia a dia, as sociedades vão-se defrontando com os mais variados problemas, que vamos resolvendo de uma forma mais célere, ou com maior dificuldade, mas vamos resolvendo. A capacidade que as sociedades têm de adaptação, é impressionante. Mas há uma adaptação que as sociedades e a humanidade não conseguirão fazer, que é adaptar se a um planeta, que não tenha condições climáticas para a existência da espécie humana... A continuarmos com o caminho que temos percorrido nos últimos 50 anos, em

questões ambientais, em meu entender, a humanidade estará condenada... O que me preocupa ainda mais, é termos líderes mundiais e alguns dos países mais poluentes, que defendem a ideia de que os cientistas não têm razão e de que a humanidade também se irá adaptar, a essa destruição massiva da natureza.... Caros deputados, o que está em causa é mesmo, o futuro da humanidade no próximo século... Todos nós temos a nossa cota de responsabilidade nesta matéria. Caros Deputados, a nossa Camara Municipal na Pessoa do Doutor Domingos Bragança, são pioneiros na área da sustentabilidade ambiental. O município de Guimarães, voltou a submeter uma nova candidatura a Capital Verde Europeia, demonstrando o seu percurso e as metas a atingir para sete indicadores de sustentabilidade: I) qualidade do ar, II) ruído, III) água, IV) natureza, biodiversidade e uso sustentável do solo, V) resíduos e economia circular, alterações climáticas: VI) mitigação e VII) adaptação. Os compromissos de Guimarães para a neutralidade climática e para os Zero Resíduos, a aposta da educação ambiental através do PEGADAS, ou os projetos estruturantes das Ecovias ou das bacias de retenção, são alguns, dos muitos destaques desta candidatura, que junta o trabalho das diversas instituições do perímetro municipal, nomeadamente as que mais diretamente trabalham com as áreas em avaliação, Laboratório da Paisagem, Vimágua ou Vitrus Ambiente. Refira-se que, através do Prémio Capital Verde Europeia, a Comissão Europeia reconhece os esforços locais para construir centros urbanos mais sustentáveis e, assim, melhorar a economia e qualidade de vida da população das cidades, sustentabilidade urbana e ao combate às alterações climáticas. Caros Deputados, a candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia 2025, em curso, à luz do que considero “um equilíbrio entre a pegada ecológica do território e o desenvolvimento da sua atividade económica quotidiana. Isto pode ser conseguido através de “um recurso que



não tínhamos no passado com a intensidade e difusão de hoje, por toda a sociedade, e que é a Ciência geradora de um deslumbrante novo conhecimento, indutor de novas e inovadoras tecnologias e de robustecimento da nossa interpretação do mundo, onde agora reside a nossa consciência ecológica.” Caros Deputados, independentemente do resultado da capital Verde Europeia, o mais importante é ressaltar que Guimarães assume desde 2013 o caminho da sustentabilidade, integrando e envolvendo todos, nomeadamente as Juntas de Freguesia, as instituições do concelho. Caros Deputados, Guimarães é uma das 100 cidades europeias que foi selecionada para assumir o compromisso de atingir a neutralidade climática até 2030. Apenas três cidades portuguesas foram selecionadas (Porto, Lisboa e Guimarães). No âmbito deste projeto, foi agora lançado um Pacto Climático que demonstra um compromisso das associações, empresas e sociedade civil, para que se atinja o objetivo da neutralidade climática. Foram cerca de 70 subscritores, de entre empresas e instituições do concelho de Guimarães que assumiram esse compromisso. Aos subscritores do Pacto Climático de Guimarães, cabe o compromisso de: adotar estratégias de curto, médio e longo prazo de descarbonização da sua atividade. Caros Deputados, o nosso Presidente Doutor Domingos Bragança, tem vindo a promover várias ações, através do Laboratório da Paisagem e dos serviços municipais dedicados à sustentabilidade e ambiente, tendentes à preservação da Natureza e do meio-ambiente, com destaque para as que convocam diretamente os cidadãos, e que não esquecem a população em idade escolar. “A mudança de atitudes é muito importante para este nosso desígnio, que é um desígnio não só local, mas mundial. Numa missão tão desafiante e complexa, como a neutralidade climática e o antecipar para 2030 dos objetivos e metas de 2050, temos a convicção que essa mudança

só é possível com o envolvimento de todos, desde o investimento na ciência, no conhecimento até ao comprometimentos, envolvimento e vontade de fazer a diferença”. Caros Deputados, não basta atingirmos o ponto zero entre as emissões de gases com efeito estufa e a sua mitigação. teremos de combater o atual déficit, para que seja possível atingir os níveis desejados. De salientar que o Pacto Ecológico Europeu traça um compromisso para o futuro e que a Lei Europeia do Clima fixa em pelo menos 55% a redução líquida de emissões de gases de efeito de estufa, entre 1990 e 2030, e a neutralidade climática em 2050. O pacto prevê, entre várias métricas, a adoção de estratégias de curto, médio e longo prazo de descarbonização, colocando os vimaranenses como agentes de mudança, ao serem desafiados a contribuir para as estratégias de neutralidade climática através de processos de cocriação e participação ativa. Caros Deputados, Guimarães é e será território industrial, e queremos mostrar ao mundo que podemos ser um território industrial, mas ambientalmente sustentável que através da nossa vontade coletiva e do nosso saber, transformamos o mundo para melhor, aceitamos os desafios de hoje da descarbonização, do combate às alterações climáticas e da vida em harmonia com a natureza”.-----

Francisco da Costa e Silva respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por César Nuno da Costa Teixeira. -----

**Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos**, do Grupo Municipal da IL, começou por saudar tudo o que de bom foi feito no período em análise, salientando o trabalho preparatório efetuado por todos os envolvidos no evento da Feira Afonsina, nomeadamente pelos os serviços da Câmara Municipal, mas também, e muito em particular, as empresas vimaranenses e os empresários. Saudou, igualmente, o ênfase dado aos produtores vinícolas vimaranenses na Feira Afonsina, que ocuparam um lugar de destaque, junto ao Convento de Santa Clara. Sobre os eventos internacionais nas diversas





áreas, disse que vem constatando ser recorrente haver descrição dos assuntos tratados, mas sem remate sobre a transferência do conhecimento e da aplicabilidade às empresas e cidadãos do nosso Concelho, recordando a Conferência Final da RiskAquaSoil, onde foram apresentados argumentos com o intuito de ajudar os agricultores e a população rural local a agir de uma forma mais resistente e adaptada às condições meteorológicas, questionando, deste modo, que passos foram dados, após este evento, para a partilha desta visão com os agricultores de Guimarães? Prosseguiu referindo a importância de constar no relatório de atividades os passos concretos para rentabilização das participações do Município nas diversas feiras internacionais. Relativamente ao Avepark, parafraseando as duas únicas linhas que lhe foram dedicadas, que considerou ser a forma de não se notar a ausência de qualquer referência a esta infraestrutura, disse que o importante era saber a real atividade do Município na contribuição para implementação, implantação e captação de empresas, para apoio à atividade das empresas existentes e para garantir as condições dos trabalhadores atuais. Disse esperar haver atividade em curso, caso contrário os investimentos continuarão a passar ao lado de Guimarães e a aterrar nos concelhos vizinho, pelo que apelou a que o Município repense a sua estratégia para a economia, observe boas práticas de municípios, até mais pequenos, e dê passos para que se consiga reverter a nossa perda de competitividade, antes que se torne crónica. Numa nota um pouco mais lateral e meramente sugestiva sobre o formato do documento, reconheceu ter observado um esforço para o tornar mais estruturado, mas que poderia ir mais além, apostando na simplicidade e acessibilidade do documento, podendo passar pela criação de uma versão simplificada e resumida, com linguagem mais direta, em benefício dos cidadãos e do acesso à informação

sobre as diversas atividades do Município. Concluiu considerando elementar uma crescente transparência e promoção no acesso dos cidadãos à informação sobre políticas públicas. -----

**Paulo Miguel Lima Peixoto**, do Grupo Municipal do CDS-PP, analisado o documento, disse ter concluído que há uma preocupação latente de mostrar serviço, mencionando uma série de atividades com pertinência e importância díspares que banaliza o relatório, e, por outro lado, mais grave ainda, não mencionando atividades que têm particular importância para o futuro e para o bem-estar dos vimaranenses. Assim, lembrou que a Inspeção Geral de Agricultura do Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, desde o início de maio do corrente ano, participou a não validação da utilização dos solos da reserva agrícola nacional para a projeção da via de ligação ao Avepark, tendo solicitado ao Ministério Público a sua inviabilização por se tratar de utilização de solos para fins não agrícolas. Sendo um investimento estratégico para o desenvolvimento do Concelho, para a captação e fixação de investimento no parque tecnológico, para a contribuição de melhorias ao nível da mobilidade e das acessibilidades, perguntou: Que atividades relacionadas com o tema o Executivo Municipal desenvolveu desde então? Depois, lamentou a ausência de qualquer informação relacionada com a preocupação e gestão de equipamentos patrimoniais e culturais, designadamente, do Castelo de Guimarães e do Paço dos Duques de Bragança, que vão passar para a alçada da nova empresa pública “Museus e Monumentos”, dizendo esperar uma posição mais vincada e proativa do Executivo Municipal nesta matéria. Acrescentou que a única atividade do Executivo Municipal sobre esta temática foi reagir às questões da comunicação social, tendo informado, por escrito, que o Município confia e estará atento na gestão centralizada e que espera que esta ajude a concretizar, no imediato, os investimentos necessários nos equipamentos,



particularmente, no Paço dos Duques. Prosseguiu fazendo referência a cartazes de festas de outros concelhos, nomeadamente das festas de S. João de Vila do Conde, de S. João de Braga e o que está previsto para as Festas de Nossa Senhora de Antime, Concelho de Fafe, disse que, faltando menos de um mês para o início das icónicas festas Gualterianas, cujo programa já foi apresentado, Guimarães quer ser global, mas pensa de forma nano local. Por último, lamentou a ausência de qualquer menção sobre a auditoria à cooperativa Taipas Turitermas, prometida pelo Presidente da Câmara aos vimaranenses na última sessão da Assembleia Municipal. -----

**André Faria Ferreira**, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Não é de hoje nem de ontem, mas sim de há muitos meses para não dizer mesmo anos, que o departamento de urbanismo da Câmara Municipal de Guimarães não funciona. Mas esta situação agravou-se de forma particular neste mandato. É com infelicidade que fazemos esta afirmação, mas é a mais pura das realidades. O primeiro passo para a correção de qualquer problema passa necessariamente por reconhecer um problema. Só assumindo e reconhecendo com humildade um problema poderemos efetuar correções e mudanças. Procedimentos antiquados e ultrapassados. Burocracias atrás de burocracias que apenas servem para legitimar quintas e pequenos poderes! Esta é a realidade. E não podemos de ela fugir. Temos de a enfrentar. Senhor Presidente de Câmara, estamos no século XXI. Os processos têm de ser ágeis. Não tenham dúvidas: só com aplicação de metodologias ágeis na execução de processos muito complexos é possível termos tempos de resposta rápidos. A tecnologia deve ser utilizada para isso mesmo. Ainda hoje em Guimarães, quando é preciso algo do Município é muito difícil de o conseguir sem ter de haver deslocação pessoal ao edifício dos serviços do

Município. Mais uma vez lembro senhor Presidente da Câmara, vivemos agora a era da revolução tecnológica, mas os processos no nosso Município ainda contemporâneos do tempo em que foi descoberto o papel. Que continua a ser rei e senhor. Voltando e focando o tema que me traz cá hoje: o urbanismo. O problema afeta tudo e todos! É que não são apenas os projetos mais complexos que são demorados, os projetos de grande dimensão, como já teve hipótese de afirmar em reunião de câmara. SÃO TODOS, TODOS! até mesmo na apreciação de pequenos e médios projetos isso acontece. ESTE É UM PROBLEMA TRANSVERSAL a todas as operações. Vai desde o licenciamento de uma pequena habitação à complexidade de um loteamento industrial. Para além dos atrasos, temos relatos que nos chegam da falta de uniformidade nos critérios de decisão. Em diversos casos existe mesmo dualidade de critérios. Das duas uma, ou é porque às vezes dá jeito ou porque mais uma vez os processos não são claros, geram ambiguidades nos técnicos que assim decidem sem um critério perceptível. Senhor Presidente de Câmara, gerir assim um Município e um pelouro com esta importância não é querer o desenvolvimento da nossa cidade e concelho. Não é querer o melhor para os Vimeirense. Este posicionamento prejudica Guimarães e acentua o fraco desenvolvimento de Guimarães. Sr. Presidente, no urbanismo reside em muito a explicação, parafraseando António Magalhães, para a nossa incapacidade em acompanhar o crescimento dos concelhos de Braga, Famalicão ou Barcelos. Como podem querer os jovens construir e ficar em Guimarães se têm que estar à espera de um papel da Câmara uma infinidade de meses? Como podem as empresas aspirar sediar-se, ou até mesmo expandir-se em Guimarães, se têm de esperar meses por uma simples apreciação de um projeto na Câmara?! Sr. Presidente, comunicar é essencial. É fundamental que os nossos cidadãos saibam o estado dos seus processos e o possam



consultar sem sair de casa. Saberem as diferentes etapas e os tempos de resposta legais para a apreciação dos projetos. Temos muitas dúvidas que os tempos estejam a ser cumpridos e por isso deixo-lhe a seguinte questão. Qual atualmente o tempo médio de resposta dos processos no departamento de urbanismo? Estão a ser cumpridos os prazos legais para a apreciação dos processos? Como explica a atual situação no departamento? Na política as opções têm consequências decisivas. Guimarães é um grande concelho aos mais diversos níveis. Por isso há opções que não se compreendem. E são as opções que condicionam o futuro dos vimaranenses numa área decisiva. Este não era um tempo para experiências ou experimentalismos. A concorrência é feroz. Este era o tempo para desbravar terreno. Arrepiar caminho para compensar anos e anos de atraso. Mas a opção incompreensivelmente foi diferente. Por isso, a pergunta que todos os Vimaranenses querem ver respondida é a seguinte: Porque foi atribuído este pelouro a uma pessoa sem experiência? Como justifica a incapacidade para que sejam tomadas decisões? O que vai ser feito para acabar com a atual situação e se corrijam os procedimentos o mais rapidamente possível". André Faria Ferreira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

Após os esclarecimentos **César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Parlamentar do PSD, lavrou um protesto, dizendo que cumprimentar as pessoas na exata qualificação dos cargos que estão a desempenhar, não é deselegância. Acrescentou que, do seu ponto de vista, estar a procurar desviar a discussão para o acessório é, precisamente, não querer falar do essencial, neste caso, o tema abordado por André Faria Ferreira a respeito do urbanismo. -----

**Susana Gabriela Meireles Campos Nunes**, do Grupo Parlamentar do PS, fez

um contraprotesto por não ter considerado os cumprimentos normais e naturais, mas de forma intencional, com uma profunda deselegância. Concluiu lamentando este tipo de comportamentos neste Órgão que todos representam. -----

De seguida, Cesar Nuno da Costa Teixeira pediu o uso da palavra para fazer defesa da honra da bancada, o que não lhe foi concedido porque, no entendimento da Mesa da Assembleia Municipal, a honra da bancada do PSD não foi atingida. Ainda assim, o **Presidente da Mesa** lembrou que tem vindo a apelar para que não se abusem das figuras regimentais.-----

Porém, **César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Parlamentar do PSD, protestou pela decisão tomada pela Mesa, apelando maior atenção de forma a não desviar a discussão do que é essencial.-----

**André Filipe Mendes de Castro Almeida**, do Grupo Parlamentar do CH, lavrou um protesto, dizendo que ao longo da intervenção que fez no Período de Antes da Ordem do Dia, alguns membros do Grupo Parlamentar do PS dirigiram-lhe alguns insultos, não tendo ouvido a Líder da bancada a condenar tais atitudes.-----

**Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro**, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Fazer uma análise tão circunscrita no tempo é sempre redutor. A verdade é que os dados vertidos no relatório de atividades da Câmara Municipal de Guimarães estão, como não poderia deixar de ser, em linha com os objetivos e pilares estruturais que o executivo municipal tem definido. Guimarães como um concelho de história, de cultura, de desporto, e de educação e com capacidade de se desenvolver de forma sustentável, acreditando que o futuro só se constrói com uma forte aposta na ciência, na cultura e na educação. Numa cidade que forma, e se transforma, sempre com o objetivo de empoderar os cidadãos. Este relatório volta a deixar-nos a imagem de



uma cidade ativa na oferta e diversidade cultural, capaz de chegar a todos, com um trabalho cada vez mais notável das associações, em conjugação com o Município e as suas entidades participadas, num dos bons lastros que nos deixou a Capital Europeia da Cultura. Deixa-nos também a imagem de uma cidade que tem como foco a ciência e a inovação, e no aporte que desta poderá resultar para a indústria. Os ecos da 1ª edição dos Encontros da Economia voltam a deixar bem vincado que é necessária a aposta numa estratégia que ajude na transformação do setor industrial, através da ligação próxima com academia. Da ciência dos dados, à aposta na tecnologia. Como se compreende, os desafios ou obstáculos com que nos depararemos no futuro serão sempre mais fáceis de contornar através do reforço na inovação, que certamente ajudará a tornar este setor ainda mais competitivo. Disto resulta a importância que tem sido dada à ciência e à sua relação com o setor industrial, nomeadamente através da aposta na futura Academia de Transformação Digital, na Fibrenamics, no PIEP, no DTX-Colab, ou nos cursos de Ciência dos Dados ou de Engenharia Aeroespacial. Bases que poderão estar na origem da Fábrica do Futuro, numa alusão feliz a uma indústria que se inova, a uma cidade que se reinventa. Uma cidade capaz de atrair investigação e ciência em áreas emergentes, como a medicina regenerativa e de biomateriais, como se comprova pela criação do Instituto Cidade de Guimarães que nascerá no AvePark – Parque de Ciência e Tecnologia e que será, provavelmente, um ponto de partida para uma aposta ainda mais concreta na investigação biomédica, e na saúde, como pilares essenciais para a afirmação e desenvolvimento dos territórios, e para a atração de estudantes e investigadores. Ainda, esta semana, percebemos a força destas dinâmicas, através do mais recente protocolo de intenções que junta seis instituições, de Guimarães e do estado do Paraná, no Brasil, em

torno da cooperação académica, científica e técnica, entre elas a própria Universidade do Minho e a Fibrenamics. Este intercâmbio de conhecimento que poderá ser gerado tem um potencial incomensurável, na formação de investigadores, e na transformação dos territórios, abrindo espaço para a integração económica de empresas do Brasil e Portugal a partir destas cidades, Londrina e Guimarães. Aliás, diria que se torna, cada vez mais premente que as cidades se apropriem verdadeiramente destas relações umbilicais com as cidades irmãs e/ou geminadas, e que se intensifique esta troca de conhecimento entre pares. Também aqui a ciência, a educação ou a cultura, continuarão a ser pilares fundamentais e que poderão ser explorados de uma forma ainda mais significativa, tornando Guimarães num farol mais vincado, e que contribua para o desenvolvimento destas cidades, mas também para a sua própria capacitação, e criação de oportunidades. Sabemos bem que os tempos que atravessamos são tudo menos fáceis. Aliás, os últimos tempos, parecem deixar-nos pouca margem para imaginarmos um período em que ora uma pandemia, ou uma guerra, nos torna ainda menos imunes às crises financeiras. Mas é também nestas alturas em que tudo se tem de fazer para garantir e reforçar o apoio aos que nos rodeiam e, ao mesmo tempo, manter uma visão de futuro, suportada por aquilo que nos tornará mais competitivos e empoderados, mesmo que às vezes pareça menos óbvio e tangível".-----

**César Nuno da Costa Teixeira**, do Grupo Municipal do PSD, a propósito da visita do Governo, no passado mês de maio, ao Distrito de Braga e onde foram abordadas matérias e efetuadas determinadas posições, disse estar na altura de fazer uma avaliação, nomeadamente quanto ao grau de concretização, porque uma coisa são as matérias propaladas e outra coisa são as matérias que são concretizadas, e daquilo que foi efetuado como sendo a propaganda da máquina do Governo, em termos concretos,





verificou uma mão cheia de nada, de muito pouca coisa ou de pouco mais do que aquilo que já estava prometido há muito tempo. Acrescentou que, em termos práticos, não houve mudanças efetivas naquilo que são as posições e objetivos necessários para questões relacionadas com a habitação social e para construção de habitação, à semelhança do que aconteceu com municípios vizinhos. Disse continuarmos esquecidos no que respeita ao Plano Ferroviário Nacional, especialmente, à essencial ligação de Guimarães ao Porto e Lisboa, e considerando que aquilo que está projetado para a ligação do BRT à estação do TGV não vai resolver e não vai de encontro àquelas que são as necessidades dos vimeiraneses. Disse, também, que não consegue vislumbrar, da parte do Governo, perspetivas nas áreas económicas, culturais e Educação para aquilo que são as necessidades do nosso Concelho. Concluiu, afirmando que temos de fazer valer o peso do nosso Concelho e de fazer com que seja respeitado ao nível nacional. -----

César Nuno da Costa Teixeira respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, começou por elogiar a Vereadora do Urbanismo, Arquiteta Ana Cotter, pela sua competência, rigor, transparência e clareza nos procedimentos que liderou. Acrescentou, tendo em conta a revisão do Plano Diretor Municipal, que a Vereadora Ana Cotter está a resolver processos que se arrastam há muito no tempo e que dizem respeito à possibilidade ou capacidade construtiva e à cedência de terrenos. Informou estar na moda apresentar queixa à IGAMAOT – Inspeção Geral de Agricultura, Mar e Ambiente, pese embora seja uma questão legítima, mas que obriga a que tudo tenha que ser analisado e a dar respostas pelo urbanismo, recordando a exemplo, o caso do loteamento de Cães de Pedra, que pressupõe a construção de cerca de meio milhar de habitações.

Acrescentou que Guimarães tem cerca de quarenta hectares de cidade, 20 dos quais classificados pela UNESCO, em que a Câmara Municipal não tem competência exclusiva, como acontece com o processo da Irmandade de Santos Passos no sentido de reabilitar o edifício da Senhora da Conceição, no Largo República do Brasil, e cujo projeto já foi aprovado na Câmara Municipal, mas que a Direção Geral da Cultura, pelas inúmeras questões que veio colocar, condicionou o arranque das suas obras. Lembrou, ainda, neste âmbito, o projeto para a requalificação do Hotel da Penha, que não se prende no essencial com a classificação do solo, mas que o Diretor Geral da Cultura não concordou com o projeto de arquitetura, anunciando já ter reunido com o Secretário de Estado da Cultura e Diretor Nacional da Cultura, com a presença do autor do projeto, onde se detetou existirem posições insanáveis que, que se mantendo, não há acordo e não há aprovação. Voltou a realçar a competência que tem vindo a demonstrar a Vereadora Ana Cotter, numa área tão sensível e exigente como o Departamento de Urbanismo. Sobre o programa das Festas da Cidade e Gualterianas, disse ter ficado perturbado com o que foi referido por Paulo Miguel Lima Peixoto, anunciando que Guimarães investiu 6 a 7 milhões de euros na Cultura, pelo que não tem qualquer comparação com outros concelhos, nomeadamente Braga. Lembrou, igualmente, que há uma programação cultural para todo o ano, reconhecida no país, e que faz de Guimarães uma cidade de cultura. Por fim, disse que a Câmara Municipal, no presente ano, optou por investir em dois grandes eventos concelhios, as comemorações do 24 de Junho e as Festas da Cidade e Gualterianas. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Paulo Miguel Lima Peixoto, André Faria Ferreira e Afonso Maia da Silva. -----

Os esclarecimentos prestados por André Faria Ferreira, conduziram **José**



**Manuel Nogueira Teixeira Bastos** a fazer uma interpelação à Mesa, lamentando que, para além de ter continuado a deselegância, André Faria Ferreira introduziu um tom provocatório, pelo que apelava à Mesa da Assembleia a que, na condução dos trabalhos, este tipo de situações fosse evitado. O **Presidente da Mesa** disse ter registado as suas palavras, informando que é uma questão para abordar numa próxima Conferência de Líderes. -----

Posto isto, e **dado o adiantado da hora**, o Presidente passou à comunicação dos resultados dos atos eleitorais respeitantes aos pontos 23 e 24 da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa leu, em voz alta, os **resultados** que, abaixo, se reproduzem: -----

**23 - RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DE JÚRI – RATIFICAÇÃO.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, a proposta designada por “Recrutamento para Cargos Dirigentes – Designação de Júris - Ratificação”, aprovada pelo Órgão Executivo em reunião realizada no dia onze de maio de dois mil e vinte e três, dando-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **24 - RECRUTAMENTO PARA CARGO DIRIGENTE – DESIGNAÇÃO DE JÚRI.** Submete-se à votação da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, a proposta designada por “Recrutamento para Cargo Dirigente – Designação de Júri”, aprovada pelo Órgão Executivo em reunião realizada no dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três, dando-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

**CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

Presidente: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. Vogais efetivos: Maria da Graça de Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade e Marisa Manuela

Freitas Neto, chefe da Divisão de Contabilidade e Tesouraria. Vogais suplentes: Emília Elisabete Silva Gomes, chefe da Divisão de Património Municipal e Maria do Carmo Pereira Marques Martins, chefe da Divisão de Atendimento e Apoio ao Múncipe.-----

**RESULTADO DA VOTAÇÃO:** Inscritos: **97** Membros; Votantes: **86** Membros; SIM = **68** votos; NÃO = **3** votos; Brancos = **15** votos; Nulos = **0** votos. -----

**CHEFE DA DIVISÃO DE HABITAÇÃO** -----

Presidente: Maria Cristina Ferreira Dias, diretora de Serviços na CASFIG – Coordenação de âmbito Social e Financeiro, das habitações do Município de Guimarães, EM. Unipessoal, Lda. Vogais efetivos: Maria Fernanda Fernandes de Castro, chefe da Divisão de Empreitadas e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Helena Maria Teixeira Soares Leheman Cruz Pinto, chefe da Divisão de Educação e Alexandra Isabel Quinta Cunha, chefe da Divisão para a Coesão e Desenvolvimento Social.-----

**RESULTADO DA VOTAÇÃO:** Inscritos: **97** Membros; Votantes: **86** Membros; SIM = **70** votos; NÃO = **3** votos; Brancos = **12** votos; Nulos = **1** votos. -----

**CHEFE DA DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO** -----

Presidente: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. Vogais efetivos: Maria da Graça de Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade e Maria do Carmo Pereira Marques Martins, chefe da Divisão de Atendimento e Apoio ao Múncipe. Vogais suplentes: Domingos José Ferreira Nobre, diretor do Departamento de Cultura, Economia e Inovação e Emília Elisabete Silva Gomes, chefe da Divisão de Património Municipal. -----

**RESULTADO DA VOTAÇÃO:** Inscritos: **97** Membros; Votantes: **86** Membros; SIM = **70** votos; NÃO = **3** votos; Brancos = **12** votos; Nulos = **1** votos. -----

**CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS INTELIGENTES** ----



Presidente: Domingos José Ferreira Nobre, diretor do Departamento de Cultura, Economia e Inovação. Vogais efetivos: Maria da Graça de Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Maria do Carmo Pereira Marques Martins, chefe da Divisão de Atendimento e Apoio ao Múncipe e Emília Elisabete Silva Gomes, chefe da Divisão de Património Municipal. -----

**RESULTADO DA VOTAÇÃO:** Inscritos: **97** Membros; Votantes: **86** Membros; SIM = **70** votos; NÃO = **4** votos; Brancos = **11** votos; Nulos = **1** votos. -----

**CHEFE DA DIVISÃO DE MOBILIDADE**-----

Presidente: Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão, diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade. Vogais efetivos: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Dalila da Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Ambiente e Espaço Público. Vogais suplentes: Maria Fernanda Fernandes de Castro, chefe da Divisão de Empreitadas e Maria da Graça de Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade.-----

**RESULTADO DA VOTAÇÃO:** Inscritos: **97** Membros; Votantes: **86** Membros; SIM = **67** votos; NÃO = **5** votos; Brancos = **13** votos; Nulos = **1** votos. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia **DELIBEROU**, por maioria, **APROVAR** a ata em minuta, com 1 abstenção (Ana Paula Cardoso Lemos Damião – Grupo Municipal do PSD) -----

Pela uma hora, do dia seguinte, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade do dia 3 de

julho, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. --